



RELATOS DA NATUREZA E A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Adriana Pereira Campos¹

Introdução

Trouxe como contribuição a discussão dos relatos sobre a natureza produzidos pelo astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes Paes e Leme.

Os capixabas o conhecem como o primeiro dirigente da capitania do Espírito Santo a receber o título de governador em fins do século XVIII. A função lhe foi designada sob a égide de pretensioso plano de fomentar na região rede mercantil de escoamento dos produtos mineiros através dos portos da capitania do Espírito Santo.

Fora de nosso estado, porém, ele é conhecido como o famoso geógrafo Paes e Leme, cuja contribuição mais notória se afigura na "*Carta Geográfica de Projeção Esferica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, Estado do Brasil*".

Silva Pontes era aparentado do grande sertanista, Garcia Rodrigues Paes, responsável pela abertura do *Caminho Novo* que encurtou a ligação das Minas com o Rio de Janeiro e incrementou o comércio de escravos entre as duas capitanias. Diferente de seus antepassados paulistas, homens com títulos nobiliárquicos galgados com conquistas e fortunas, Antonio Pires da Silva Pontes trilhou os caminhos das ciências na sua estratégia de ascensão social.

¹ Professora de História da UFES, membro do corpo permanente dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito da UFES, pesquisadora do CNPq e da FAPES.

Silva Pontes foi encaminhado pela família para Coimbra, mas ele escolheu, curiosamente, o curso de matemática quando o mais comum era o curso de Direito. Por que? Matemática foi um dos cursos criados e implantados na vigência das reformas universitárias conduzidas pelo Marquês de Pombal, o Secretário de Estado durante o reinado de D. José I (1750-1777). Sob tutela de Pombal, implantou-se o programa reformista ilustrado em 1772, por meio da outorga dos *Estatutos Novos às Faculdades Maiores*.

Pode-se afirmar que a reforma pombalina configurou “solução de compromisso” entre “a institucionalização da modernidade científica e a funcionalização política do magistério universitário”. Alterara-se igualmente o caráter público e secular da universidade para vinculá-la a partir de então aos interesses do Estado. Criaram-se agremiações científicas como museus de história natural, jardins botânicos, gabinetes e laboratórios destinados à catalogação de elementos naturais.²Reuniam-se, nessas entidades, naturalistas com o objetivo de investigar alternativas de desenvolvimento dos setores agrícola e minerador.

No corpo dessas mudanças se verifica a reorganização de três faculdades tradicionais: Teologia, Leis e Medicina. E criaram-se duas novas, a saber, Filosofia e Matemática, que formavam com a Medicina uma mesma congregação. A ciência natural foi, assim, estabelecida nos quadros acadêmicos de Coimbra com forte componente experimental, pois obrigava todos os estudantes a frequentar as disciplinas de história natural, matemática e química. Até os alunos de Teologia foram forçados a frequentar essas disciplinas.

Observa-se, assim, que a matemática se constituía num subgrupo da Filosofia Natural que se implantara em Coimbra. Os estudantes não possuíam formação em química, cadeira ministrada pelo famoso naturalista Domingos Vandelli, mas, por outro lado, se aprofundavam nos estudos da Cosmografia, conhecimento fundamental no mapeamento dos caminhos por terra ou mar.

Em fins de 1770, Lisboa foi escolhida como local da Academia de Ciências por conta das resistências às reformas pombalinas depois da morte de D. José, que

² CAMARGO, Angélica Ricci. Projeto de alvará de 13 de maio de 1803: uma tentativa ilustrada de reforma das minas do Brasil. MAPA - Memória da administração pública brasileira: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, s/d, p. 4.

impediram a implantação do projeto em Coimbra. A nova casa das ciências naturais acabou instalada, 1779, sob os auspícios de D. Maria.³

No primeiro número do periódico da Academia Real de Ciências (1789), José Correia da Serra, em discurso preliminar, reforçava o papel da instituição no desenvolvimento de Portugal: "[...] O primeiro passo de uma Nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes.[...]"⁴ E prosseguia: "A triste experiência do passado assaz nos mostra a necessidade de estudarmos, porque a substância da Nação, e sua riqueza vimos largo tempo passar aos estranhos em troco de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca indústria se precisava para naturalizá-los. [...]"⁵ Claramente, determinava-se como objetivo da academia expedições exploratórias para dar a conhecer as potencialidades naturais das terras lusitanas além e aquém mar.

Deste excerto se percebe claramente que a Academia nascia profundamente comprometida com o deslinde da crise econômica de Portugal. Como posto por Ronald Raminelli⁶, o sentido da viagem exploratória para o naturalista luso-brasileiro se submetia aos interesses metropolitanos, confundindo-se com a razão de Estado.

Em comum com os demais naturalistas europeus, os inventários dos lusitanos incluíam o recolhimento de espécimes ou a reprodução por meio de desenhos de plantas, animais ou minerais a serem enviados à Coroa. No entanto, os relatórios se destacavam por seu caráter econômico e utilitarista em detrimento dos avanços da ciência. Raminelli⁷ ressalta esse diferencial quando esses relatos são comparados às jornadas de Banks, Bougainville, Cook, Lapérouse, La Condamine e Humboldt, com ênfase mais concentrada nos objetivos da ciência.

³ A instituição criada em 1779 foi inicialmente denominada Academia de Ciências de Lisboa, mas, em 1783, passou a ser Academia Real das Ciências de Lisboa. Cf. CAMARGO, Angélica Ricci. O projeto do alvará de 13 de maio de 1803: uma tentativa ilustrada de reforma das minas do Brasil. Disponível em: linux.an.gov.br/wp/wp-content/uploads/2015/01/O-projeto-do-alvará-de-13-de-maio-de-1803.pdf. Acesso em 13 jan 2015.

⁴ MEMÓRIAS Econômicas da Academia Real Das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas, Tomo I, Lisboa, Oficina da Academia Real de Ciências, 1789, p. VII.

⁵ MEMÓRIAS, Op. Cit, p. VII.

⁶ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, Niterói, 1998, Dezembro, n. 6, p. 182.

⁷ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, Niterói, 1998, Dezembro, n. 6, p. 182.

Expedições Científicas: viagens filosóficas e comissões demarcatórias

Vários brasílicos diplomados em Coimbra participaram ativamente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Dos autores que publicaram no periódico *Memórias economicas* da Academia, havia pelo menos 1/3 de artigos de naturais do Brasil.⁸ A academia contou com a participação de diversos desses jovens nos projetos empreendidos para a “reconstrução do império colonial ‘integrado’ através das potencialidades naturais”.⁹ Silva Pontes se encontrava entre os diplomados nascidos no Brasil que aderiram ao projeto científico de redescoberta mundo natural das colônias sob a égide da ciência.

O fomento das atividades dos naturalistas luso-brasileiros coube aos titulares da Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, especialmente, sob a direção de burocratas reformistas como Marinho de Merlo e Castro (1170-1795) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1801). Junto aos estadistas no incentivo às explorações naturalistas, na outra ponta dessa correia, encontravam-se os mestres estrangeiros que preparavam os manuais e orientações às viagens empreendidas, tais como os italianos Domingos Vandelli, Miguel Antonio Ciera e Miguel Franzini.

Nem só naturalistas se dirigiram às terras brasileiras, alguns estudaram matemática na Universidade de Coimbra – os astrônomos. Nesta situação, viajou nosso personagem – o Silva Pontes.

Para Kantor, a institucionalização dos saberes cartográficos objetivava a promoção das comunicações fluviais e terrestres e a desobstrução dos fluxos mercantis entre o interior e o continente e os portos transatlânticos.¹⁰ O problema, contudo, era a enorme carência de profissionais capazes de realizar o empreendimento, apesar dos esforços das sociedades científicas fundadas sob os governos de D. José e D. Maria.

Pode-se afirmar que as *VIAGENS FILOSÓFICAS* eram um empreendimento de observação botânica e as *COMISSÕES DE DEMARCAÇÃO* objetivavam a aplicação

⁸ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Os viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 122.

⁹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação: ideias e praticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 84.

¹⁰ KANTOR, Op. Cit, p. 117.

de princípios científicos de reconhecimento dos territórios do Império português.

A *COMISSÃO DE DEMARCAÇÃO* de 1780 ficou responsável pela enorme tarefa de mapear todo o território da América portuguesa. Dos engenheiros responsáveis pela missão encontrava-se Antonio Pires da Silva.¹¹ Pode-se, inclusive, afirmar que os assuntos de ambas as missões podiam se entrelaçar, ao ponto de gerar até certo desconforto, como o ocorrido com Antonio Pires da Silva Pontes quando foi denunciado pelo colega de expedição, Francisco José de Lacerda e Almeida, ao Secretário de Marinha e Ultramar. Reclamava este último que raríssimos eram os dias em que Silva Pontes não irritava os colegas engenheiros com estudos particulares, recolhendo informações além daquelas para as quais fora designado.¹²

Dos registros de Silva Pontes, pode-se afirmar que a preocupação central era a descrição e o inventário da natureza, inclusive, das pessoas sob a ótica da metrópole que pretendia melhor aproveitar seus domínios por meio do conhecimento científico. Seres vivos e paisagens constam nesses relatos como ricas possibilidades econômicas e científicas. Consoante Janaina Zito Losada, as expedições significavam o trabalho diário de “[...] descrever e interpretar rochas e terras, observar os ciclos da vida, das águas, dos ventos, produzir informações que pudessem dotar a política e facilitar o enriquecimento metropolitano. [...]”.

Nesta comunicação interessa, portanto, destacar o caráter utilitarista das expedições ou viagens científicas lusitanas. Silva Pontes sintetizava muito bem essa dupla característica das ciências entre os portugueses do Setecentos. Como afirma Carla Almeida¹³, o astrônomo deve ser compreendido como caso exemplar do “cosmopolitismo” da elite mineira. Segundo a historiadora, ele era “leal súdito da coroa portuguesa” natural dos trópicos americanos que foi capaz de projetar-se nas amplas redes de hierarquia do Império.

Como relatado até aqui, Silva Pontes engajara-se no movimento de renovação acadêmica de Coimbra desde a escolha do curso de matemática. Apresentara-se

¹¹ PEIXOTO, Op. Cit, p. 78.

¹² OFÍCIO do astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. CT-AHU-ACL-CU-010, CX 25, DOC 1489.

¹³ Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 133.

para contribuir com o plano de melhor conhecimento das riquezas dos domínios lusitanos depois de sua formatura em 1778. Retornou a Lisboa em 1790 munido de diários que renderam novo mapa cartográfico da América portuguesa e memórias sobre a natureza brasílica.

Na memória “Sobre os Homens Selvagens da América Meridional”, Silva Pontes discutia o perfil dos ameríndios. Descrevia-os como ingênuos e inaptos, capazes unicamente de produzir mandioca e aguardente. Denunciava a inépcia dos agentes do governo português em dar desenvolvimento razoável a essas comunidades no Brasil: “Hoje se acham pela rapacidade dos diretores, pela mal-entendida liberalidade dos governadores, pela bruteza artificial em que os criam, mais miseráveis do que o padre Vieira os deixou”.¹⁴ Nosso matemático astrônomo considerava tarefa da metrópole guiar os nativos da América no aprendizado sobre as riquezas que a terra generosamente ofertava: “Os índios são homens capazes de tudo se os educarem, pois que o caráter próprio do homem é nada saber, sem que aprenda, exceto chorar. Não fala, não anda, não come sem ser ensinado.”¹⁵

Tal como conclui Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁶, o discurso de Silva Pontes visava racionalizar não apenas o aproveitamento da natureza da América, mas também tirar o melhor proveito dos homens nativos do lugar. O uso racional do homem e da natureza colocavam-se no mesmo plano para os viajantes, em particular para Silva Pontes.

O governador Silva Pontes: da ciência empírica à prática política

Em dois documentos “Memória sobre a Província do Espírito Santo” e “Memória sobre a navegação do Rio doce”, cuja autoria foi atribuída a Silva Pontes, pode-se verificar a síntese entre POLÍTICA E CIÊNCIA dos acadêmicos lusitanos. Esses documentos ficaram esquecidos por muitos anos no Arquivo Militar de Lisboa.

Observamos que Antonio Pires da Silva Pontes, tal como conceituado por Reinhart Koselleck¹⁷, orientava-se por certa expectativa de futuro. No “Memória sobre a

¹⁴ Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura luso-brasileira, 1772-1808. *Arquipélago-História*, 2a série, II, 1997 (193-207), p. 201.

¹⁵ Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura luso-brasileira, 1772-1808. *Arquipélago-História*, 2a série, II, 1997 (193-207), p. 201.

¹⁶ *Ibidem*, *Idem*.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Ediuerj/Contraponto, 1999.

Província do Espírito Santo" encontramos, depois do inventário da natureza local o "Plano de Estabelecimento na Barra do Rio Doce ou do Baixo Rio"¹⁸. No texto, há claro compromisso do autor com o "progresso" por meio da posse de conhecimentos científicos.

Antes de detalhar seu intento, o autor apresenta as questões que embasaram seu "plano". Em primeiro lugar, a capitania contava com formidável bacia hidrográfica, pois possuía em seu território de apenas três mil léguas quadradas nove rios descidos das montanhas, dentre os quais, o mais notável seria o Rio Doce vindo do interior de Minas Gerais e podendo ser navegável. A partir desse quadro de limitações e potencialidades, ofertavam-se dados contábeis sobre o potencial produtivo da capitania. Calculava o autor que a execução de seu plano de colonização das margens do Rio Doce e o incremento da navegação transformaria completamente a "Província Austral".

Sua estratégia consistia em povoar as "59 faixas longitudinais" da capitania que se restringia a apenas uma, em torno da cabeça da Comarca - Victoria. Multiplicar-se-ia, assim, 59 vezes a população, que registrava a memória com 14 a 15 mil pessoas e renda de 200 mil cruzados. A "nova" capitania passaria assim a contar com 885 habitantes e receita de 11,8 milhões de cruzados. A projeção entusiasmada do autor não considerava, como ele próprio lembrava, as minas e as novas culturas a serem introduzidas, como os coqueiros da Bahia, o café, o cacau, o anil entre outras.¹⁹

Outro aspecto a destacar é a especial atenção dada aos índios. Mais uma vez, Silva Pontes os define como tábula rasa. Ele considera que os índios se encontravam em guerra por responsabilidade exclusiva da orientação equivocada das autoridades portuguesas. Haveria, segundo ele, forma razoável de dominá-los:

O nosso estado como o Botecudo deve ser simplesmente defensivo; este Gento tem direito inquestionavel ao terreno em que a Providencia situou; mas logo, que elle atacar algum estabelecimento, deve ser repellido com força; este ataque será sempre momentaneo, para que elle conheça que hé antes castigo da offença recebida do que hum estado de guerra permanente.²⁰

¹⁸ Folha 18, linhas 1, 2 e 3.

¹⁹ Memórias da Província do Espírito Santo. Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Encadernado (Brasil)", livro nº 2328. f. 8.

²⁰ Memórias da Província do Espírito Santo. Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Encadernado (Brasil)", livro nº 2328. f. 14.

A memória continha assim plano minucioso de desenvolvimento da economia com base em conhecimentos científicos, cujo texto trazia profundo conhecimento geográfico do Brasil.

Considerações finais

Nesta comunicação destacou-se, por meio da trajetória de Antonio Pires da Silva Pontes, o caráter pragmático e utilitarista das missões científicas organizadas em Portugal. Pela discussão empreendida até aqui, metas empíricas e políticas se entrelaçaram no desenvolvimento da ciência em Portugal, assim como suas instituições acadêmicas. A implantação de novas ciências como cadeiras na Universidade Coimbra e a fundação da Academia de Ciências de Lisboa se fizeram por meio da promoção da política, em particular de regentes máximos do Império, como o Marquês de Pombal e D. Maria I. O conhecimento da natureza e dos seres vivos em geral se realizou por meio do mapeamento de todas as potencialidades dos domínios do Império. E o “cosmopolita” Antonio Pires da Silva Pontes seguiu de certo modo os passos de seus antepassados conquistadores nesse cenário ambíguo. Ele alcançou prestígio e poder graças a sua obstinação em cumprir a ética científica lusitana, com seu viés mercantilista e utilitarista.